

# Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios

*Carlos Nelson Coutinho*

*Por Pedro Célio Alves Borges*

As publicações sobre a *debâcle* do socialismo, a partir de 1989, fazem uma relação já extensa, que deve continuar crescendo num tom ainda de polêmicas e perplexidades. De consenso, por enquanto, duas formulações não mais que preambulares: sobre a relação da crise dos regimes socialistas com o respectivo método inspirador, o marxismo; e sobre as indefinições e lacunas abertas no pensamento contemporâneo, pois reconhecer e debater a crise não significa aderir ao capitalismo nem legitimar os princípios liberais. Dentre outras significativas contribuições nesta seara, merece atenção *Marxismo e Política - a dualidade de poderes e outros ensaios*, de Carlos Nelson Coutinho.

No livro o autor repõe reflexões que o inserem no grupo dos mais férteis e ousados polemistas do país neste campo de idéias, com argumentos e temáticas carregadamente tributárias das concepções gramscianas de "Estado ampliado" e "revolução processual". Três dos seus cinco ensaios foram antes publicados e os outros dois apresentados em eventos acadêmicos recentes. "A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista" e "Os marxistas e a 'questão democrática'" são os dois primeiros textos, com exposição didática e capaz de adicionar-lhes utilidade no sentido de uma "introdução à história da teoria política marxista". O primeiro, publicado pela Brasiliense em 1985 e 1987, dedica-se à evolução dos

---

COUTINHO, Carlos Nelson (1994). *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo, Cortez.

Pedro Célio Alves Borges é professor da Universidade Federal de Goiás e doutorando em sociologia no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

conceitos de *Estado* e de *revolução*, desde os jovens Marx e Engels (1848-50), marcados pela visão presente no *Manifesto*, de Estado "restrito" e revolução "explosiva".

Prossegue apresentando o relacionamento de Lenin, Trotski, Rosa, Bernstein, Kautski e dos austromarxistas Otto Bauer e Max Adler com os dois conceitos e aporta no pensamento de Gramsci. O foco evita digressões comuns em trabalhos desse tipo, rumo às tempestuosas soluções derivadas da natureza militante dos debates em que se envolveram estes pensadores. Obviamente não lhes desconhece o peso fundamental, mas quer tratar do método. E é exatamente no método e não nas afirmações dos autores clássicos que Coutinho, citando Lukács, admite a ortodoxia marxista.

No ensaio dedicado à questão democrática, a percepção da política como campo *próprio*, formado por alternativas e estratégias nas lutas sociais, tem uma trajetória entre os marxistas narrada com notável visibilidade. Aqui, Coutinho reitera a necessidade e as vantagens de manter o pensamento aberto, liberado de dogmas e reverências supostamente marxistas. Inicia afirmando não considerar, "de modo algum, a questão do vínculo entre democracia e socialismo como questão exclusiva do marxismo e dos marxistas". Noutro trecho: "...a luta pelo socialismo requer hoje, mais que nunca, a expansão da democracia representativa...".

No limite, esta formulação considera a *questão democrática* como o grande desafio colocado ao marxismo, "um problema de vida ou morte". A constatação se impõe não apenas pelos "fenômenos surgidos no interior do capitalismo", mas sobretudo pela "crise terminal do modelo vigente nos países do socialismo real" (a publicação original deste texto é de 1983, no volume coletivo *Por que Marx?*, Rio de Janeiro, Graal). Novamente o legado e os limites dos clássicos são repassados e a inflexão sistemática para a esfera política encontra-se em Gramsci, através dos conteúdos de hegemonia, obtenção do consenso, guerra de posições etc. Os avanços registrados nos continuadores de Gramsci apontam os italianos Togliatti (*democracia progressiva*) e Pietro Ingrao (*democracia de massas*). Em tais conceitos a proposta gramsciana é concretizada, e mais clarificada fica a tese da incompatibilidade potencial entre a "socialização da política e a apropriação privada ou grupista do poder", como ocorre no capitalismo.

Frente aos anteriores, os ensaios seguintes ilustram mais nitida-

mente o imbricamento dos espaços político e acadêmico. Seus títulos bem o indicam: *Gramsci, o marxismo e as ciências sociais* — publicado na revista *Serviço Social & Sociedade* n.º 34 (1990); *Vontade Geral e Democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci*; e *Lukács, a ontologia e a política* — duas intervenções em seminários, respectivamente na USP (1991) e na Unicamp (1993). Há, declarada, a intenção de conduzir as três reflexões para se revelar uma dimensão fundamental do tratamento marxista da política, ou seja, “a concepção da política como esfera privilegiada da interação intersubjetiva consensual”.

Essa concepção derivará — procura demonstrar Coutinho no quinto texto — “de uma interação entre a ontologia geral lukacsiana e a crítica ontológica da política elaborada por Gramsci”. O conceito charneiro será o de *catarse*. A partir da reflexão filosófica da política como *catarse*, Gramsci e Lukács, sobretudo o primeiro, cumprem “as indicações metodológicas da ‘crítica da economia política’ marxiana e logram explicitar o momento privilegiado da passagem do particular para o universal, da causalidade para a teleologia, da necessidade para a liberdade”. Em Lukács o ser social que toma consciência de sua dimensão universal é o indivíduo. Em Gramsci é o grupo social — a classe — que supera interesses econômico-corporativos “e se eleva à consciência ético-política, à condição de classe universal, capaz de se tornar hegemônica para dar respostas eticamente universais às questões vividas pelo povo-nação e pela humanidade numa época concreta”. No plano teórico essa integração dialética de Gramsci e Lukács é o grande desafio dos marxistas contemporâneos, “o ponto de partida do ‘renascimento do marxismo’”, que constitui, repetindo, a proposta do autor no livro.

Para alcançar estas conclusões, Coutinho faz algumas passagens que convocam a resenha. No ensaio sobre Gramsci e as ciências sociais há interessantes contrapontos entre Gramsci e Weber em torno do conceito de *poder* e da determinação do *objeto da ciência política*. Poucas páginas adiante, o autor indica uma comparação de perspectivas a respeito de *dominação legítima*. E assim também é feito com Gramsci e Mannheim, através das diferenciações dos conceitos de *intelectual* e de *ideologia*. Outras menções pontuais às valiosas sedimentações gramscianas vêm nos campos da sociologia das religiões; da historiografia, com as possibilidades criadas pela *revolução passiva* — via não-clássica da modernidade, especialmen-

te se frenteada ao conceito de *modernização conservadora*, de Barrington Moore Jr.; e da ciência política, pela *teoria ampliada do Estado* (com os conceitos de hegemonia e outros por ele satelitizados).

Embora reconhecendo os resultados indiscutivelmente positivos das ciências sociais particulares, prevalece neste texto o alerta para a crítica marxista da tendência à departamentalização (atualmente exagerada) do conhecimento científico. Coutinho reafirma a necessidade de submeter tais resultados aos crivos da *totalidade e historicidade*, as principais heranças metodológicas de Marx sobre o social. Com isso se distancia dos chamados "pós-modernos" e da concepção de universalidade que estimula a emergência de um pensamento fragmentário. Para ele, apoiado em Lukács, o abandono do pensamento social vinculado à totalidade é historicamente inscrito num processo de dominação de classe no qual a burguesia adota a análise do social desligada da reflexão econômica e histórica. Por isso, a percepção da decisiva centralidade da política na obra de Gramsci: "o ponto de vista da totalidade assume nela uma dimensão claramente política".

O quarto ensaio deixa os tradicionais enfoques das relações de Gramsci com Marx e Lenin, ou com Maquiavel, para buscar nos diálogos com Rousseau e Hegel outras inspirações do autor dos *Cadernos do cárcere*. A finalidade é clarificar como a *problemática contratualista reaparece no seio da reflexão marxista* (grifo do autor).

O conceito de hegemonia (como momento de consenso) fornece a expressão mais explícita dessa dimensão contratual, pois pressupõe a adesão voluntária aos aparelhos *privados* criados por grupos e classes sociais. Tais aparelhos "têm um inegável papel nas relações de poder, na determinação do modo pelo qual se constitui a esfera pública da sociedade". A adesão é consensual e os aparelhos privados de hegemonia fazem instâncias do Estado "ampliado". Gramsci, desse modo, retoma idéias de Rousseau que haviam sido rejeitadas por Hegel.

As proposições de *Marxismo e política...*, enfim, colaboram para reafirmar que permanecem a fertilidade e a pertinência do debate a respeito de um método (e uma doutrina) para alguns tido simplesmente como "agônico". Mostram-se lúcidas na compreensão deste objeto, para além do restrito consenso que constata a crise, e na

superação de perplexidades que atingem um campo intelectual e político que reconhecidamente extrapola o marxismo.

Além do mais, elas se fortalecem por saberem, de um lado, evitar a ótica da cômoda observação da trama passada ("a vantagem do mocho de Minerva que *a posteriori* sempre sabe melhor as coisas que antes da batalha", como ilustram Freitag e Pinheiro); e, por outro, também escapar das oscilações usuais em áreas do público interno, que ora se felicitam com o fracasso de "desvios" que sempre e sempre denunciaram, ora enxugam todo o processo num recidivo modismo intelectual convenientemente insuflado. Ciente disso, talvez o leitor se assuste com a primeira frase do prefácio de *Marxismo e Política...*, mas seguindo os parágrafos e já livre de soluços, terá disponíveis exposições altamente sugestivas e de poderosa motivação analítica.